



IDEIAS SOBRE PASSADO E FUTURO DA POESIA BRASILEIRA EM FINS DOS ANOS 1820

IDEAS ON THE PAST AND THE FUTURE OF BRAZILIAN POETRY IN THE LATE 1820S

Bruno Gomes Rodrigues*

Universidade de São Paulo – USP

 <https://orcid.org/0000-0003-2806-5781>

rodriguesgomesbruno@gmail.com

RESUMO: Este artigo parte da ideia de que a década de 1820, a poesia brasileira permanecia constituída em torno de ideias poéticas lusitanas. Porém, em 1825, após as publicações francesas de Domingos Borges de Barros e José Bonifácio, letrados e poetas locais viram abertura para um começo de alteração do panorama. Este artigo trata de dois modos de efetivação desse nexos. O primeiro é um refazimento e uma remontagem do passado; o segundo, uma construção do futuro. Serão discutidas as maneiras e as formas historiográficas que permitiram essa mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia brasileira; história da poesia; década de 1820

ABSTRACT: This article proceeds from the premise that, during the 1820s, Brazilian poetry remained grounded in Lusitanian poetic ideas. However, in 1825 following the publication of works in France by Domingos Borges de Barros and José Bonifácio local men of letters and poets perceived an opening for the landscape to begin shifting. This article examines two ways in which this connection played out: the first involves a reworking and reassembling of the past, while the second entails the construction of the future. The historiographical methods and forms that enabled this transformation will be discussed.

KEYWORDS: Brazilian poetry; history of poetry; 1820s

* Doutorando em Literatura Brasileira (FFLCH-USP).

INTRODUÇÃO

O século 19 luso-americano e brasileiro oferece uma quantidade vultosa de documentos relativos às práticas poéticas. Essa paisagem, dispersa entre manuscritos, periódicos, folhetos e livros, cobrindo um terreno de milhares e milhares de páginas, não está, porém, ao alcance fácil dos olhos. Quem dela almeja aproximar-se precisa, em um trabalho lento e exaustivo, percorrê-la, filtrá-la, categorizá-la e, por fim, construir uma ideia de processo, a qual nem sempre, pela nossa experiência, estabelece comunicação tranquila com a historiografia dominante. Como notou Márcia Abreu (2022, p. 128), que também muito se aventurou por aquelas plagas joaninas e imperiais,

[...] o trabalho com fontes primárias abre caminhos para a escrita de uma outra história, não concentrada em autores ou em obras canônicas, não limitada à exegese e interpretação de textos, mas atenta ao lugar da literatura na cultura, à participação de múltiplos agentes para sua existência, às reações dos leitores e ao papel que ela ocupa no imaginário acerca das hierarquias culturais.

Todavia, a uma “outra história” de que nos fala a professora, ainda que seja um desejo, guarda, pelo seu grau experimental, suas complexidades e desafios. Obriga-nos, em especial, a pensar em conjunto com nossos colegas historiadores e a aprender suas teorias e métodos de trabalho. Nós mesmos, em ocasião passada, já buscamos estabelecer elementos para essa virada (RODRIGUES, 2023), que, pelas particularidades dos elementos poéticos, tem pela sua frente um contínuo processo de reflexão e construção. Este artigo, inclusive, é parte dessa labuta de elaborar meios renovados de diálogo entre documentos, poemas e estruturas, em geral buscando compreender, mais profundamente, como se dão as dinâmicas entre realidade e poesia, com a lembrança cara de que nenhum mero “contexto” é “garantia de verdade” ou “balizador da precisão da representação imaginativa” (PINTO, 2024, p. 25).

De toda maneira, a década de 1820 é um ótimo exemplo tanto da documentação vasta quanto da situação exposta por Abreu. Praticamente inexistente nas histórias literárias tradicionais, sobretudo pela ausência de “grandes” nomes, seu estudo para além dos limites dados revela não apenas uma curiosidade de fundo, mas um panorama extremo: o instante, confuso e temeroso, de criação da ideia e da prática de um conceito de poesia brasileira.

Claro que há aqueles que creem na oração nacionalista de um sentido de poesia brasileira eterno e imutável, perene, por suposto, tal como a própria nação. Nada

podemos contra a fé sem abalo. Contudo, nessa conversa, alimentada por tanta cara feia e rusga, estabelecemos aliança com José Antonio Segatto e Maria Célia Leonel (2010, p. 18), para quem “a problemática histórica posta quando se discute e se procura compreender a constituição da literatura brasileira não pode ser dissociada do processo de organização do Estado nacional”. Essa afirmação detém uma coerência inegável: de um ponto de vista histórico, não pode existir uma literatura ou uma poesia brasileiras sem uma percepção imaginária e simbólica de Brasil. Mais do que isso, não é difícil demonstrar, como o fez, entre outros, João Paulo Pimenta (2014, p. 596-597) ao se debruçar sobre o setecentos, que a

América portuguesa oferece uma unidade de análise plausível, mas cuja diversidade indica os tópicos não de uma suposta ‘história da literatura brasileira’, mas sim de uma complexa dinâmica da condição portuguesa em espaço colonial que se articula estreitamente com a própria dinâmica coeva do Império português.

Nesse sentido, vemo-nos obrigados a repensar muitas das definições que foram, por um período extenso, consideradas intocáveis. Cabe o ônus da prova: se havia uma poesia brasileira anterior à formulação de um Brasil como entidade autônoma, onde estão as evidências objetivas, isto é, que não sejam baseadas apenas em interpretações discursivas de poemas ou em hipóteses trazidas de outras disciplinas? Se a poesia brasileira era uma substância aceita por uma comunidade, por que os registros que tratam sobre ela se iniciam somente por volta de meados da década de 1820? Ainda que a ausência de indício nada prove, esses “mistérios”, talvez, não careçam de explicações extraordinárias, mas de uma revisão aliada às tendências atuais das historiografias social, política e intelectual.

Os anos 1820, portanto, em nossa concepção, articulam uma passagem da poesia envolta da “complexa dinâmica da condição portuguesa em espaço colonial” para uma nova conceitualização. Entre a chegada ao Rio de Janeiro das notícias sobre revolução liberal do Porto, em outubro de 1820, e o reconhecimento da independência brasileira, exatos cinco anos e um dia mais tarde, quebrou-se a sustentação da antiga poesia luso-americana, conformada ela, desde o século 16, como tanto argumentou João Adolfo Hansen em sua obra, por uma “ordenação da forma das letras definida como *theatrum sacrum*, ‘teatro sacro’, que encena[va] a sacralidade do pacto de sujeição e mais conceitos da política católica portuguesa na colonização do Estado do Brasil e Maranhão e Grão-Pará”, ordenação esta fundamentada em princípios de identidade, analogia e

semelhança, “conceitos-matrizes dos conceitos teológico-políticos e retórico-poéticos aplicados à representação da natureza e da história em várias conjunturas coloniais” (HANSEN, 2019, p. 41-43).

A falência do “*theatrum sacrum*” foi encabeçada, em 1820, pelos revolucionários portuenses, os quais ansiavam, “no plano ideológico”, por “destruir os fundamentos teológico-políticos do poder civil [...], que, durante séculos, estiveram na base da interpretação pactista da monarquia católica” (ARAÚJO, 2022, p. 81). Esse rompimento foi uma primeira ferida, dolorosa. Com a reconfiguração das noções teológico-políticas, os conceitos retórico-poéticos, naquela altura sustentados pela lógica pós-pombalina de um Candido Lusitano, à qual o fazer poético era subordinado à “Filosofia moral, ou Política” e à “faculdade civil” (FREIRE, 1748, p. 24), perderam seu norte. No ambiente americano, o agravamento do quadro veio logo em seguida, quando, a partir da crise da “construção da nação portuguesa na América, e do Estado que ela tinha por seu”, “o mosaico construído ao longo de três séculos rompeu-se e, na América, subverteu os padrões do ordenamento de sua constitutiva diversidade mediante uma combinação de rupturas e permanências que alterou a qualidade do todo e, portanto, de cada uma de suas partes” (JANCSÓ, 2005, p. 18).

No meio do rebuliço, a poesia, então, ainda não compreendida, abaixo da linha do Equador, como a finalidade sem fim kantiana, precisou se refazer sob a mecânica de um novo Estado, uma nova nação e novas formas sociais, políticas e econômicas. Esse evento singular foi registrado, de diferentes maneiras, por diferentes atores. Já em 1821, é possível observar o discurso poético alterando-se e abrindo-se, com interpretações políticas não oficiais e denúncias de abuso e violência circulando em aberto (RODRIGUES, 2025a), algo até então inimaginável. Um certo decoro e um certo respeito ao Estado e à força do poder iniciavam, num espaço com a censura abolida e com direitos individuais garantidos, a perder sua potência. Entre 1822 e 1825, no auge das disputas institucionais, uma multidão de poetas, muitos anônimos e de quase todas as regiões do país, começou a enviar suas composições aos periódicos do Rio de Janeiro, espedados no próprio discurso de experiência que servia como base para a elaboração das capacidades de governar (RODRIGUES, 2025b). Esses poemas, via de regra encomiásticos e nutridos de patriotismo, parecem-nos, às nossas sensações do presente, de pouca importância, mas revelam guisas e reações ao mundo perdido do Antigo Regime lusitano e ao mundo brasileiro que se construía.

Naqueles anos 1820, estavam, pois, os poetas e os letrados locais diante de um desafio laborioso: construir, em um novo território geopolítico, uma nova poesia. Essa tarefa, das mais difíceis, surgia não como capricho marginal, mas como incumbência arraigada no próprio espírito da recém-feita nação. Elaborar uma poesia de fato brasileira era, assim, uma necessidade nuclear, a qual, entretanto, esbarrava nas faltas concernentes à origem. A insuficiência de um passado tinha como consequência direta a impossibilidade de um futuro, no pressuposto de uma temporalidade histórica que ainda era, de maneira rotineira, pensada de modo cíclico. Só poderia haver um aparato poético brasileiro quando essa questão fosse resolvida – e esse deslinde que será o tema deste estudo.

A solução desse problema passou por duas vias (não obrigatoriamente congruentes) que serão abordadas, por meio documental, neste artigo. Na primeira, influenciada pelos trabalhos publicados na França em 1825 por Domingos Borges de Barros e José Bonifácio, o passado era visto como algo a ser refeito, temporalmente movido do Império português para o Império do Brasil, como pode ser percebido, em 1826, no *Jornal Científico, Económico, e Litterário* e em seus usos da obra de Cláudio Manuel da Costa. A promoção desse método acabou por o encaminhar a um sentido de remontagem, exposto, em 1829 e 1830, no primeiro volume do *Parnazo brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa (pela limitação cronológica autoimposta, não abordaremos, neste estudo, o segundo volume, saído entre 1831 e 1832, com o qual trabalharemos em outro momento). Na segunda trajetória, o essencial era a percepção do futuro, com interesse no afastamento dos respaldos da poética lusitana, mas sem, necessariamente, cair nos ditames dos romantismos europeus. Sobre esse ponto, destacaremos a atuação de Pierre Plancher, n' *O Espelho Diamantino*, e de Evaristo da Veiga, n' *A Aurora Fluminense*, bem como as articulações dos poemas presentes, mais uma vez, no *Jornal Científico, Económico, e Litterário* e das sátiras.

REFAZER O PASSADO

No final de março de 1826, Pierre Plancher, em seu *O Spectador Brasileiro*, achou por bem dar notícia de um periódico que dois colegas de profissão ambicionavam publicar, o *Jornal Científico, Económico, e Litterário*, que carecia, então, de assinantes para ser impresso. Com foco na “necessária instrução” e nos “bem entendidos interesses do Brasil”, a folha se voltaria ao “melhoramento das Artes” locais (OS DOUS

AMADORES, 1826). Os argumentos do anúncio de Plancher devem ter causado reação positiva, pois, em maio daquele ano, o impresso viu a luz do dia. Sob a direção de José Victorino dos Santos e Souza, matemático formado em Coimbra, e Felisberto Ignacio Januário Cordeiro, burocrata português que emigrara para o Brasil em 1811, teve uma breve existência de três números, sendo encerrado em julho por questões de financiamento. O tempo diminuto, entretanto, não tirou a importância da folha. Seu discurso, influenciado pelo iluminismo português (SILVA, 2010, p. 65-66), era voltado, sobretudo, para a ilustração e a razão, em uma busca clara pelo progresso, pelo aspecto da verdade científica e pelo desenvolvimento econômico do país com base na agricultura e na exploração dos minérios.

Nesse espaço, a poesia, uma das ferramentas de embelezamento da imaginação e de entretenimento e recreação do espírito (DISCURSO PRELIMINAR, 1826, p. vii-viii), recebeu grande atenção. No primeiro número, ela surgiu inicialmente na forma de um soneto intitulado “Á futura prosperidade do Brasil”, escrito, como é explicado em uma nota de rodapé da segunda edição, por um dos redatores. Em versos heroicos, ele narrava, em seus quartetos, uma decadência global, com a Ásia contemplando, esmorecida, os “[r]estos de sua colossal grandeza”, a África, envolvida por “selvagem ambição”, entregue à “vil fereza” e a Europa, por fim, nutrida, de maneira enfurecida, por um “Fanatismo soprado com destreza”. Nos tercetos, surgia a figura de um redentor e “corpulento Brasil”, uma “força herculéa”, para o qual previa a voz da composição no fechamento desta um “século assombroso” de liberdade, igualdade e ventura (Á FUTURA, 1826).

Nada, na composição, afastava-a do tom de um ufanismo retórico tão comum ao período, exceto por uma descrição vinda abaixo de seu título: “improvisado no Rio de Janeiro no Anno de 1812”. Esse desencaixe temporal de um elemento discursivo retirado de seu contexto e levado a outro (isto é, do Brasil como mera parte contígua do Império Português para o Brasil enquanto corpo dotado de autonomia institucional e política, criando, desse modo, um desalinho consciente) era o cerne de uma operação iniciada no ano anterior por Domingos Borges de Barros e por José Bonifácio em seus livros publicados na França (a saber, respectivamente, *Poesias offerecidas às senhoras brasileiras por um bahiano* e *Poesias avulsas de Américo Elysio*), dinâmica a que chamamos, quando sobre ela escrevemos em outra oportunidade, de refazimento do passado (RODRIGUES, 2025c). Consistia esse exercício metamórfico em tomar produções realizadas no contexto da luso-América e reestruturá-las, por meio de

alterações ou de inserções em novas estruturas, a fim de que elas se tornem “brasileiras”. Barros (que poucos meses antes fora louvado no *Diário Fluminense* por tanto contribuir, por meio de seus poemas, para a “verdadeira glória da sua pátria” [SEU CONSTANTE LEITOR, 1826]) e Bonifácio foram prolíficos nessa atividade ao tomarem composições de suas próprias lavras, feitas entre 1785 e 1820 quando ainda eram súditos portugueses, e rearranjarem-nas para caberem no momento de construção inicial do Império do Brasil. “Á futura prosperidade do Brasil”, nesse sentido, era articulado de modo semelhante, em uma demonstração do acolhimento do processo.

Logo após o soneto, surgia o épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa. Explicaram os redatores que, apesar de não ter sido impressa até aquele momento, a composição, vendida em manuscrito por aquela época (JORNAL, 1821), era julgada como “dign[a] de publicação” (VILLA RICA, 1826, p. 49) e que cada número da folha traria um canto seu (com o fim precoce da folha, apenas três foram corridos), mas que excluíam o prólogo e o fundamento histórico por já terem sido circulados, em 1819, nas páginas de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. É verdade que o último paratexto citado já havia sido profusamente difundido, inclusive em periódicos luso-americanos, com a intenção, de acordo com a hipótese de Ariel Feldman (2013, p. 119), de servir como “pano de fundo à idéia de Império luso-brasileiro”. Agora, porém, o que estava em jogo era o poema em si, e não mais os usos de sua dimensão historiográfica. Por mais que a recuperação dos poetas setecentistas mineiros não fosse uma novidade – Tomás Antônio Gonzaga e José Basílio da Gama, por exemplo, ganharam reedições na década de 1810 pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pela tipografia baiana de Silva Serva e nas páginas d’*O Patriota*, periódico no qual também Costa constou –, a presença do épico, bem como da “Epístola a Critilo”, saída na terceira e última edição do *Jornal Scientifico, Economico, e Litterario* (INTRODUÇÃO, 1826), equiparada com a proposta de reestruturação do passado vista em “Á futura prosperidade do Brasil”, ganhava uma função distinta.

Os redatores Souza e Cordeiro, assim como Barros e Bonifácio antes, surgiam capturados pelos “novos e mais vigorosos artifícios” desenvolvidos a partir da “ameaça de descontinuidade [...] com a história de Portugal [e] [...] com a própria Europa” (ARAÚJO, 2008, p. 125). Eles não mais estavam no universo mental anterior, mas em plena constituição, em meio ao Império do Brasil, de estratégias radicais de diferenciação, para os quais um épico como o de Costa ganhava peso. É notável que, também em 1826, Almeida Garrett, em seu “Bosquejo da historia da poesia e lingua

portuguesa”, tenha declarado, sem maiores justificativas e por provável influência de Friedrich Bouterwek (GRANATO, 2016, p. 100), o bucólico como o primeiro poeta do Brasil, ombreando-o com frei José de Santa Rita Durão, Gonzaga e Gama. Fora, portanto, na compreensão do autor, por volta de década de 1760 que a poesia portuguesa havia começado a “avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros”. Notou ele, porém, que um desacerto existia, pois as “majestosas e novas scenas da natureza [...] deviam ter dado [aos poetas locais] mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e stylo, do que n’elles apparece” – a “educação europeia” teria apagado o “espírito nacional” (fundamento que evita o aspecto servil e submisso de uma literatura [ZILBERMAN, 2000, p. 26]) e instituído um receio “de se [mostrar] americano” (BOSQUEJO, 1826, p. xlv). Porém, como percebeu Roberto Acízelo de Souza (2006), mais de um século se passaria até o reconhecimento efetivo dos portugueses de uma existência de um caráter autônomo na produção do além-mar.

De toda maneira, o desejo atlântico de invenção de um passado poético atuava em um momento no qual havia, sobretudo na figura de José da Silva Lisboa e na sua *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*, um “esforço contínuo de debate e avaliação das narrativas até então disponíveis”, com uma evidente “dificuldade crescente na produção de um relato consensual e estável” (ARAÚJO, 2015, p. 378). Nessa disputa, havia, por parte dos pensadores da poesia, certa contraposição com a historiografia geral, que mantinha, de maneira firme, em determinados setores, a separação conceitual entre luso-América e Brasil. Isso pode ser percebido em obras como o estudo documental *Memoria da origem, progressos, e decadencia do quinto do ouro na provincia de Minas Gerais*, escrito pelo futuro ministro José Antonio da Silva Maia e saída em 1827, ou em um discurso, proferido, na Câmara dos Deputados, em junho do mesmo ano, por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Ao falar sobre um projeto de lei seu relativo a uma reforma na administração da Justiça Criminal, o político afirmou que aquele seria um “agigantado passo no caminho da Liberdade”, pois os relatórios de juízes “feitos no segredo da inquisição tem resultado as mais danmosos, e revoltantes injustiças”. Para fortalecer seu argumento, Vasconcellos citou dois exemplos, um da “historia Mineira, e o outro da Portugueza”. No primeiro caso, ele narrou rapidamente a questão da inconfidência ocorrida em 1789, citando o suposto assassinato do “Catão das Minas” Cláudio Manuel da Costa e o degredo dos “Gonzagas [e] Alvarengas” (SESSÃO, 1827, p. 376). O deputado, destacamos, em nenhum momento reconheceu os poetas desafortunados como brasileiros, optando pelo gentílico pátrio “mineiro”.

O processo de refazimento do passado poético, portanto, abriu vereda particular e dessemelhante com a ordem conflituosa do discurso histórico do período, borrando argutamente as fronteiras conceituais para buscar elaborar uma tradição. Todavia, em 1826, ele ainda era incipiente, pouco claro em seus propósitos. Essa situação começou a se alterar cerca de três anos depois, entre 1829 e 1830, quando o cônego Januário da Cunha Barbosa fez correr o primeiro volume de seu *Parnazo brasileiro*, a dita “coleção das melhores poezias dos poetas do Brasil”. É bem possível, aliás, que tenha ele agido com o conhecimento da obra de Ferdinand Denis, pois, em abril de 1828, Pierre Plancher publicou, n’ *O Espelho Diamantino*, um trecho traduzido –sem indicar, porém, a origem – de “Considérations generales sur le caractère que la poésie doit prendre dans le Nouveau-Monde”, capítulo inicial do “Résumé de l’histoire littéraire du Brésil”. A obra era conhecida do redator desde o final do outro ano, quando o livro “acaba[ra] de chegar [àquela] Corte” (BELLAS, 1827, p. 103). Contudo, ela não recebeu, ao menos na década de 1820, comentários públicos significativos no Império do Brasil, o que torna espinhosa a compreensão de sua recepção pelos locais (por essa mesma razão, inclusive, que não a inserimos neste artigo). De todo modo, a tradução do trecho capta as principais concepções de Denis, sobretudo nos usos poéticos da natureza (também defendidos, como vimos, por Almeida Garrett) e da memória dos povos indígenas e na fórmula de que a “America deve em fim ser livre assim na poezia como no governo” (DURANTE, 1828, p. 292).

Nos quatro cadernos iniciais do *Parnazo*, o refazimento foi transformado em remontagem e alcançou uma condição crítica, pois houve uma solidificação prática do procedimento, agora não mais restrito às obras individuais ou à efemeridade dos periódicos. Sem aviso prévio ou qualquer preparo, Barbosa lançou, logo no título, um rompimento brusco, estabelecendo, à força, os precedentes “brasileiros” dessa poesia, sem demonstrar qualquer tipo de incerteza e sem abrir espaço para discussão. Esse sentimento é confirmado no atropelo do primeiro parágrafo da introdução, o qual falava em “nossos Poetas” e no “Genio daquelles Brasileiros”, cuja função era a de servir de “modellos [...] ou de estímulo” aos jovens (BARBOSA, 1829). O cônego, feito um ladrão inexperiente, aparentava não ter tempo a perder, como se, em um vacilo seu, alguém pudesse perceber o que estava ocorrendo e o censurar.

O *Parnazo*, ligado a um aparato político que colocava a atribuição poética em uma ressignificação do “empenho patriótico em uma atividade cultural pedagógica que, ao lado da atividade político-parlamentar, constituísse a via do serviço ao Estado, tanto

diretamente, na sua burocracia, quanto nas instituições e pessoas por ele patrocinadas” (ARAÚJO, 2009, p. 53), funcionava como uma construção bivalente, entre a poesia como objeto de um espaço institucional localizado e o seu uso funcional no amanho administrativo das gentes – este, inclusive, assim percebido em uma leitura do volume feita, em 1830, n’*O Moderador*. O comentarista anônimo, em passagem preciosa, ainda que de texto truncado, afirma que Barbosa “julgou, e com muita razam, que a literatura valia tanto como a politica, em ambas as quais he [Barbosa] hum juiz erudito, e [trecho ilegível] que a cousa melhor que ha para instruir, e civilizar huma Naçam ainda joven, era o estudo, e a percepçam das bellas-artes [...]” (APPENDIX, 1830, p. 1-2).

No segundo parágrafo da introdução, o compilador, ao comentar a dificuldade de acesso às fontes e as variações dos manuscritos que atrapalhavam o entendimento daquilo que havia saído “das pennas de seos Authores” (em uma percepção editorial de intencionalidade e de respeito aos originais anteriormente não fixada), citou de passagem outros parnasos ingleses, franceses, portugueses e espanhóis, o que nos leva a crer que ele guardava, em algum nível, a noção de que o seu trabalho não era produto isolado, mas que participava de uma corrente abrangente. As obras europeias temporalmente próximas, como o *Tesoro del Parnaso español* (1817), *Les Poètes françois, depuis le XII^e siècle jusqu’à Malherbe* (1824), *The British Anthology, or Poetical Library* (1824-1825) ou *Parnaso lusitano* (1826-1834), todas partiam, porém, de definições e de estruturas de história poética bem estabelecidas, ao contrário da coleção de Barbosa. O fato de o autor ignorar, de jeito proposital, a inexistência de uma base historiográfica não deixa de ser também surpreendente. O cônego, sozinho, parecia almejar a efetivação da ideia da existência de um passado para a poesia brasileira como uma relação natural e óbvia. Tal demonstração de pujança havia sido evitada na Argentina, para trazermos um outro exemplo latino-americano, quando, em 1824, Ramón Díaz, em sua *La lira argentina*, optou por compilar apenas composições feitas durante a guerra de independência (CASIVA, 2006) – escolha seguida, anos depois, em *El parnaso oriental ó guirnalda poética de la república uruguaya* (1835-1837).

No Brasil, todavia, o caso era outro. Mais do que a recolha das produções realizadas durante e após 1822, era necessário remontar o passado, em especial o século 18, como meio afirmativo do Estado nacional, ou como Barbosa disse na segunda introdução, publicada no segundo caderno, saído em 1830, “fazer resurgir a [...] emorecida Litteratura”, ela atravancada no “pó do esquecimento”, após o desassombro da “opressão antiga, e tão duradoira” (BARBOSA, 1830a). Por essas palavras, podemos

compreender que o compilador concebia a sua atuação como a de alguém que recupera objetos, deixando afirmado, implicitamente, a existência mais antiga e dilatada de uma ideia de Brasil, a qual teria sido sufocada durante o domínio português. Para evidenciar essa hipótese, como notou Francisco Topa (2017, p. 191-192), o *Parnazo*, com a sua “proposta de literatura brasileira razoavelmente coerente e estruturada, a qual, embora não sendo objeto de explicação nos textos prologais, se infere dos autores e textos coligidos”, era uma obra de esforço nítido por uma amplitude, em que se abarcava diferentes tempos, espaços e sociabilidades, sem contar a variedade de formas, que vão desde o épico *Quitúbia* de José Basílio da Gama até o rondó de José Pereira.

O sentido medular de um Brasil arcaico gerou a organização dos volumes. Ao contrário da bagunça sem coerência comum nas falas sobre o objeto, com as “peças [...] reunidas e publicadas à medida que chegavam ao conhecimento do organizador” (ARAÚJO, 2009, p. 50), entendemos que a mistura temporal, assim como as demais percebidas por Topa, era uma maneira de validação em torno do argumento que movia os impressos. Recuperar e remontar o passado provocou, na obra, certo caráter de uma temporalidade difusa, criando nela um presente perene que reafirma a existência eterna e mítica de uma noção de Brasil. Barbosa, por aquela época, estava em um momento de sua vida pública no qual a disputa em torno da escravidão o obrigava a lutar para “criar o novo, mas ainda lançando mão de referenciais culturais pretéritos”, coisa clara “na tensão constante entre referências a um modelo passado a ser aplicado no presente e o empenho em criar um futuro qualitativamente diferente” (FERRETTI, 2014, p. 3). Como fica evidente na introdução de 1830, sua preocupação residia tanto em “acordar o louvor dos Benemeritos passados” quanto em “estimular [a imitação deles], assim a presente, como as gerações futuras” (BARBOSA, 1830a). O que estava na balança, portanto, era o que estava por vir – dito de outra maneira, criar o passado para criar o futuro.

CONSTRUIR O FUTURO

Em 1830, com as contribuições de Ferdinand Denis e de Januário da Cunha Barbosa, o passado histórico do novo conceito de poesia brasileira começava, portanto, a ganhar corpo e um cânone. Ainda, é verdade, levaria duas décadas e um enorme esforço coletivo até que ele fosse estabilizado, sob a benção de d. Pedro II, pela pena de

Francisco Adolfo de Varnhagen em seu “Ensaio historico sôbre as letras no Brazil”, mas seu princípio geral estava formulado.

Por outro lado, o processo de pensar o futuro enfrentava, na segunda metade da década de 1820, suas dificuldades. A mais urgente delas envolvia a própria estruturação da poesia brasileira, pois ela, assim como várias outras noções que circulavam no Império do Brasil, experimentava “[a] ambigüidade e a tensão entre formas antigas e modernas de pensar e agir, com pontos de superposição e de ruptura, [que] marcaram os anos iniciais do Oitocentos” (RIBEIRO; PEREIRA, 2009, p. 140) – dimensão evidente, por exemplo, em julho de 1825, quando um anônimo escreveu a *O Spectador Brasileiro* para tecer elogios a um “pequeno drama” chamado *Genethliacon do Imperio do Brasil*, publicado pouco antes. No meio dos aplausos, ele tirou um parágrafo para descrever seu entendimento sobre poesia, afirmando que uma das suas mais belas atribuições era



[...] dar vida ás abstrações tanto de Politica como das sciencias. Ella appresenta como verdade já aceita, aquillo que muitas vezes fica ainda envolto nas nuvens da duvida aos olhos da razão, e espalha ideias revestidas de todas as cores da Imaginação com humta tal efficacia, que nem exame nem calculo systematico tem poder para as fazer desvanecer, eis a razão porque a Poesia foi sempre olhada pelos Governantes como objecto da maior contemplação, e o mais energico instrumento para influir no espirito dos governados, e fomentar, dirigir ou socegar as suas paixões. (HUM ASSIGNANTE, 1825, p. 4)

Essa era, talvez, uma das primeiras vezes que, na então muito jovem imprensa do país, alguém expunha de modo tão objetivo uma leitura teórica em torno da prática. Aquele “energico instrumento” era entendido como elemento de máxima relevância para a ordem do Estado, materializando em si os domínios abstrativos em uma “verdade já aceita”. O discurso poético, por esse sentido, viabilizava âmbitos de linguagem amplos e intocados por outras atividades intelectuais. A percepção exposta pelo anônimo, entretanto, era próxima das lógicas luso-americanas do *theatrum sacrum* e pós-pombalina, algo que também pode ser sentido em muitas das composições do período.

Seguimentos, com toda a certeza, estão presentes no panorama, há tempos percebidos por leitores sensíveis, como Hélio Lopes. Para este, em seu estudo dedicado às revistas *Minerva Brasiliense* e *Guanabara*, os letrados daquela época não desejavam “romper as amarras com o passado”, pois compreendiam que “não é se desfazendo do passado que uma nova geração cria qualquer coisa de novo” (LOPES, 1978, p. 235). A transformação de uma conceitualidade não implica em uma ruptura absoluta, e devemos evitar, de maneira ativa, a visão teleológica que “apaga as continuidades e,

paradoxalmente, interpreta e avalia as diversas contexturas temporais pregressas criando períodos anacrônicos, como se esses variados tempos fossem reflexos ou prenúncios do presente e indícios de um suposto futuro melhor” (LACHAT; CHAUVIN, 2022, p. 26). A poesia, ao menos em sua tradição europeia, opera de acordo com a lei da conservação das massas. Nada se perde. Desse modo, as construções luso-americanas continuam a viver no interior das brasileiras. Elas não se distanciaram, mas vieram a se tornar uma espécie de unidade, como demonstra a dimensão do refazimento do passado.

Contudo, outras forças agiam, e ainda havia a necessidade, dada pelo paradigma político e ideológico da nação e do nacionalismo, de estabelecer uma diferença. A poesia brasileira precisava, então, ser demarcada. Por volta dos últimos meses de 1827, mesmo período, como vimos, que a obra de Ferdinand Denis chegou às ruas, becos e vielas cariocas, essa demanda se tornou inevitável. Evaristo da Veiga, na fala introdutória e sintomática d’*A Aurora Fluminense*, afirmava que a “litteratura” (termo que, nesta época, referia-se a todo tipo de produção escrita) “prestando á politica as armas, e a linguagem, que lhe é propria já se [ia] affastando da fieira da rotina, dispindo-se das subtilezas escolasticas, e já abjura a philosophia obscura, e sylogistica das Escólas theologicas de Portugal” (INTRODUÇÃO, 1827, p. 1). Embora houvesse a manutenção da submissão da prática letrada à política, havia também, de maneira inequívoca, a percepção de que algo novo, algo não mais português, passava a se apartar, o que, talvez, José Bonifácio, em 1825, tenha pressentido, de acordo com uma rica correspondência recuperada por Roberto Acízelo de Souza (2014, p. 29). No entanto, seria preciso mais do que declarações passageiras para efetivar a criação do conceito de poesia brasileira.

Um mês antes da introdução de Veiga, fora Pierre Plancher quem dera, em seu *O Espelho Diamantino* e lançando mão de epígrafe de Lord Byron (“I am fond of Rhyme...”, traduzida como “Eu sou doido pela poesia rimada”), uma firme contribuição ao debate:

Entre os encommodos da grandeza, não nos parece dos mais pequenos, a obrigação de receber, e ler os pessimos versos, e inspidos sonetos, que todos os natalicios, Dias de Gala, e occasião de festividade veem nascer em tanta abundancia como os gafanhôtes do Egypto. Ignoramos por que razão os poetas Portuguezes ou Brasileiros, que tem a sua disposição huma lingua sonora, clara, rica, energica, e harmoniosa quando com alguma arte se evitão as terminações nazaes, tem adoptado de certo tempo para cá hum methodo tão escuro, intrincado, inchado, tão falto de ideas intelligiveis, sentimentos naturaes, logica e até grammatical construcção, que nenhum sentido completo fica na lembrança de quem ouve recitar as suas inspirações,

sendo mais parecida sua poesia á bulha de hum moinho, ou de hum barco de vapor, do que a suave melodia da linguagem dos Deoses. Não fazemos estas reflectões porque os versos deste natalicio sejam peores do que os de qualquer outra occasião, mas sim para persuadir a nossos Jovens Vates, que elles devem mudar de caminho, imitar os antigos modelos, nunca se esquecendo de que a clareza, e naturalidade são as primeiras qualidades de qualquer obra, e que não existe sublimidade, senão quando a força, ou vivacidade do sentimento, sobresahe pela singeleza, e propriedade da expressão. Desejariamos igualmente que elles se inculcassem bem este principio na cabeça, que nas lingoas modernas a Rima he da essencia da poesia, e que o augmento de difficuldade que o rimar produz, está cem vezes recompensado pela perfeição, e merecimento da obra, entretanto o uso contrario, tem prevalecido, menos na França, mas a nós custa-nos crer, que o Idioma Europeo mais accentuado, tenha a medida musical assaz marcada para dispensar a harmonia, e compasso que resultão da periodica repetição dos mesmos finaes: não damos nossa opinião por regra, mas por thêma de meditação, tanto mais digno de attenção que o grande Poeta que nos forneceo o epigrafe deste artigo, mostra decidida predilecção para a Rima, e que tambem temos de nosso partido Madama de Staël cujas rasões a favor da poesia rimada são tão convincentes, e engenhosas, que sentimos os limites de Folheto não permittir a sua inserção. (LITTERATURA, 1827)

Apesar da brevidade, essas frases constituem grande importância para compreendermos o estado e os desafios daquele momento. Plancher era então redator de dois periódicos, o *Jornal do Commercio* e *O Espelho Diamantino*, este último um jornal de modas voltado para o público feminino e novidade então no meio editorial (ASSUNÇÃO; ITALIANO, 2018, p. 235-237). Francês apoiador de Napoleão Bonaparte, o jornalista emigrara para o Brasil, em decorrência de perseguição política, no ano de 1824. Poucos depois, era bem estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, dono de uma livraria e de uma tipografia, além de ter sido figura proeminente no alastramento de ideias constitucionalistas e liberais (NEVES; FERREIRA, 2014, p. 46). Desde o seu *O Spectador Brasileiro*, ele demonstrava interesse por poesia, publicando todo tipo de composição que lhe era enviada (RODRIGUES, 2023), o que explica seu enfado com os “pessimos versos, e insipidos sonetos” encomiásticos.

Por sua posição de estrangeiro recém-aclimatado, o redator tinha, portanto, uma visão mais neutra (ou menos passional) da construção do Império do Brasil e de suas estruturas simbólicas, embora guardasse posição de respeito no meandro intelectual. Sua lamentação do “methodo tão escuro, intrincado, inchado, tão falto de ideias intelligiveis, sentimentos naturaes, logica e até grammatical construcção” do qual os poetas (em fundamental diferença) “Portuguezes ou Brasileiros” lançavam mão aponta para uma preocupação de grau formal, superando a ideia de que bastaria uma mudança meramente

temática de cor local, como sugeriram Ferdinand Denis e Almeida Garrett, para efetivar uma renovada prática poética.

Outra vez, essa inquietação já fora expressa, dois anos antes, por José Bonifácio, na famosa “Dedicatoria” das *Poesias avulsas de Américo Elysio*, atentado raivoso contra os “versejadores nacionaes de freiras e casquilhos” (BONIFÁCIO, 1825, p. vii). A dissimilitude, todavia, residia nas opiniões sobre a rima. Para Bonifácio (1825, p. vi, grifo do autor), era ela mero “*zum-zum* dos consoantes”, coisa obscurecida pelo “metro e rithmo”. Porém, para Plancher, tomando Byron (este também citado por Bonifácio, mas em relação à estrutura das estrofes) e Germaine de Staël como argumentos de autoridade, o elemento era, na verdade, capaz de gerar “perfeição, e merecimento da obra”.

Essa ligeira polêmica, se é que assim pode ser chamada, revela-nos não apenas a reflexão, dada em meados dos anos 1820, em torno da forma sonora e compositória que a poesia brasileira deveria assumir, mas também que os letrados brasileiros e estrangeiros aqui abrigados acompanhavam, de igual para igual, as discussões europeias. A rima era, por exemplo, um dos temas centrais no século 19 inglês, sobretudo após William Wordsworth. De acordo com Peter McDonald (2012, p. 6-7, tradução nossa, grifos do autor),

o significado da rima manifestou-se como uma questão *intrínseca* aos poemas de forma muito mais vital do que como um questionamento sobre eles; e, ao depararem-se com ela, as composições poéticas valiam-se, sobretudo, de seus próprios recursos. Frequentemente, os poetas envolviam-se em dissensões críticas acerca do que constituía ou não uma rima “legítima”; do mesmo modo, realizaram-se amiúde experimentos ambiciosos quanto às modalidades de rima passíveis de sustentação na poesia inglesa. Não obstante, o século caracterizou-se como um período no qual a legitimidade da rima, enquanto modo de escrita, não foi seriamente posta em causa: em vez de figurar [...] como apenas mais uma dentre as diversas opções facultadas ao escritor de poesia lírica, a rima constituía um idioma partilhado, sem o qual o gênero lírico seria virtualmente impensável.

Uma dessas “dissensões críticas”, destaque-se, ocorria em Byron, para quem a produção de Wordsworth gerava uma “incongruência entre forma e conteúdo”, num sentido em que este subvertia aquela (MCDONALD, 2012, p. 10, tradução nossa). De todo modo, Plancher dividia a noção da rima como “um idioma partilhado, sem o qual o gênero lírico seria virtualmente impensável”, ou, nas próprias palavras do redator, uma “essência da poesia”.

Porém, é em Germaine de Staël que as duas perspectivas confluem, já que tanto Plancher quanto Bonifácio parecem ter lido a mesma passagem presente em *Da Alemanha*, ainda que dela tenham tirado conclusões distintas. Diz a francesa:

A rima é uma descoberta moderna que diz respeito a todo o conjunto de nossas belas-artes, e renunciar a usá-la seria impedir grandes efeitos: ela é a imagem da esperança e da lembrança. Um som nos faz desejar aquele que lhe deve corresponder, e quando o segundo ressoa, ele nos lembra daquele que acaba de nos escapar. Não obstante, essa agradável regularidade deve necessariamente prejudicar a naturalidade na arte dramática e a ousadia no poema épico. Praticamente não se poderia abrir mão da rima nos idiomas cuja prosódia é pouco marcada; e entretanto a dificuldade da construção pode ser tanta, em certas línguas, que um poeta audacioso e contemplativo teria a necessidade de experimentar a harmonia dos versos sem a submissão da rima. (MADAME DE STAËL, 2016 [1810], p. 171)

Se a primeira parte do trecho é inteira a opinião do jornalista d’*O Espelho Diamantino*, que parece fingir não ter visto a objeção pelo prejuízo à “naturalidade na arte dramática e [à] ousadia no poema épico”, a segunda remete em direto ao político então exilado. Influenciado pelos “cantos da [...] Germania culta” (BONIFÁCIO, 1825, p. vii), território onde vivera e estudara nos anos 1790, analisados por Staël, o santista, querendo-se “audacioso e contemplativo”, aceitou o desafio proposto de “experimentar a harmonia dos versos sem a submissão da rima”.

O que nos interessa aqui, porém, não é exatamente a questão do rimar, mas a maneira com a qual os brasileiros, naturais ou aprofundados, recebiam, processam e até manipulavam os debates europeus contemporâneos. Isso demonstra, em especial, que aquele infeliz senso comum, ainda persistente entre nós, o qual costuma crer que a poesia brasileira estava “atrasada” em relação ao que ocorria na Europa e aos seus romantismos (o que só viria a se resolver, de maneira parcial, nessa leitura, em 1836, com Gonçalves de Magalhães) é equivocado. Ignora-se, por essa perspectiva, que, além de não existir tal “atraso”, uma vez que cada conceito de poesia se elabora em seu próprio processo particular, a situação no Brasil era radicalmente outra, pois, como vimos antes neste ensaio, o que ocorria era uma transformação conceitual e uma complexa operação de refazimento e de construção de um passado, dimensões que não encontram paridade no Velho Mundo. Nesse cenário tão adverso, não bastaria, portanto, apenas o *deus ex machina* da importação de ideias.

Os romantismos, apesar de o jornal franco-carioca *L’Écho de L’Amérique du Sud*, editado por Émile Sévène e impresso por Plancher, ter trazido um poema que citava

Étienne Pivert de Senancour, Pierre-Jean de Béranger e Alphonse de Lamartine (SUITE, 1827), bem como uma crítica sobre Casimir Delavigne (VARIÉTÉS, 1828), pouca atenção receberam na década de 1820. Sobre eles, o único pronunciamento que conhecemos naquele período não é um texto de análise ou de teoria, mas uma piada publicada n’*A Aurora Fluminense* (INSULTO, 1828). Conta o caso que um autor, poeta muito conhecido, havia publicado em Lisboa um livro seu, “obra triste, e cheia de ais, e suspiros, e ornada de soffríveis gravuras”. Um dia, quando estava em uma livraria, um cliente entrou e pediu pelo volume, o qual, após ter sido pago, ali mesmo teve suas figuras recortadas. O homem, então, disse para o livreiro e o poeta, “que abrião meio palmo de bôcca”: “Cá levo o que vale alguma coisa, o resto guarde”. A anedota ilustra, em toda a sua jocosidade, que os aspectos românticos eram percebidos publicamente pelos brasileiros, naquela época, como mera questão de esvaziamento de estilo poético (a tristeza, os ais e os suspiros), sem um valor determinado.

Esse relativo desprezo, ele mesmo, todavia, aparentava advir do acompanhamento das discussões travadas no continente europeu. Na França, maior ponto de contato intelectual estrangeiro do Império do Brasil, a resistência à nova escola, como nos conta Kazuhiko Suzuki (2018), foi extensiva, das páginas dos periódicos até os discursos de Louis-Simon Auger, *secrétaire perpétuel* da Académie Française, sobretudo em seu muito conhecido “Discours sur le romantisme”, feito em abril de 1824. Para Auger (1824, p. 23, tradução nossa),

O romantismo não tenta, ao menos quanto ao presente, derrubar as leis que regem o nosso teatro; ele não faz derivar a literatura em geral de um novo princípio, não a estabelece sobre novos fundamentos e não lhe confere novos meios para um fim novo; ele não a enriqueceu com um gênero até então desconhecido; e, nos gêneros conhecidos, não introduziu nenhuma mudança que lhes altere a forma, e muito menos a essência. Apenas atribui a si próprio o que é de domínio comum do espírito e imagina ter descoberto o que não fez senão exagerar ou corromper. O romantismo não é, portanto, nada enquanto sistema de composição literária; ou antes, o romantismo não existe, não possui uma vida real. É um fantasma que se desvanece no momento em que nos aproximamos e tentamos tocá-lo.

Ora, não é difícil imaginar que esse tipo de argumento circulasse pelo Rio de Janeiro, vindo nos muitos navios que aportavam. Prova disso são os ecos que surgirão nas décadas seguintes, como na paulistana *Revista da Sociedade Philomathica*, em 1833, em ataque contra a “eschola aerea do norte, cuja irrupção no meio dia neste seculo è igual em violencia, e resultados funestos à invasão dos Tartaros Sarniatas e Scandinavos”

(RIBEIRO; ROCHA; QUEIROGA, 1833, p. 146), ou, até mesmo, em Gonçalves de Magalhães (1841, p. vii), que, no prólogo de sua tragédia *Olgiato*, publicada em 1841, irá censurar tanto os “horrores da moderna escola” quanto Victor Hugo, acusando-o de reduzir a poesia a um “*Daguerrotypo* de palavras”.

De toda maneira, nossa hipótese, por fim, é que a poesia brasileira dos anos 1820 não estava “atrasada”: ela conscientemente não assumiu as posturas românticas europeias porque suas preocupações eram outras. A construção de seu futuro passava pela continuidade inevitável dos elementos luso-americanos, pela recuperação e refazimento de seu passado (Plancher, não esqueçamos, recomendava que os jovens imitassem “os antigos modelos”) e pelas próprias articulação e definição conceituais da poesia brasileira, de seus temas e de suas formas. Nada disso era simples e não aconteceria da noite para o dia. De fato, esse futuro veio de maneira lenta e gradual nas décadas seguintes, de tijolo em tijolo, de verso em verso. Por mais que a Europa pudesse apresentar alguns atalhos e caminhos, eram os brasileiros e os estrangeiros emigrados que precisariam andar com as próprias pernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a escrever este texto, não tínhamos a intenção de que o nome de Pierre Plancher tanto se repetisse ao longo destas páginas. Quando juntávamos nossas fontes e pensávamos sobre nossos argumentos, sua presença surgia cada vez mais incontornável – não seria absurdo, inclusive, que este artigo tivesse como título “Plancher, o fantasma”. Contudo, sua figura nunca mereceu sequer uma mísera frase nas histórias da literatura brasileira.

João Gualberto Ferreira Santos Reis, Felisberto Ignacio Januário Cordeiro (o redator do *Jornal Científico, Económico, e Litterario*, que, entre 1827 e 1828, publicou quatro volumes de suas *Obras poeticas de Falmeno*) e, por fim, Lucas José de Alvarenga (mineiro formado em Coimbra e antigo administrador-geral de Macau, correu seu *Poezias* em 1830)

Em 1830, uma pilhéria nos auxilia a compreender o estado da poesia brasileira naquele momento. “Notando-se a um Poeta” começava a brincadeira, “a facilidade com que elogiava com extremo objectos pouco dignos de elogios, respondeo: — *Os Poetas só não mentem quando dormem: cada um sabe do seo officio*” (NOTANDO-SE, 1830). Longe da noção de verdade, primordial na ligação entre política e poesia, o que agora se

elevava era a percepção da mentira, de certo aspecto cínico que mobilizava a produção. Algo entranhado, assim, havia sofrido uma alteração decisiva.

No final da década de 1820, a poesia brasileira se encaminhava para uma outra elaboração, pois, em poucos anos, ela havia saído de uma prática encomiástica e cerrada na herança recebida de Portugal para buscar uma transformação conceitual que a afastaria da noção de poesia luso-americana. Esse movimento, porém, nem sempre apresentava uma clareza definitiva. Não havia (ou, pelo menos, não localizamos) textos e obras que falassem abertamente sobre essas relações, com os processos tanto de refazimento e remontagem do passado e de elaboração do futuro servindo mais a uma interpretação e a uma narrativa historiográfica. É preciso considerar que dificilmente os atores dos procedimentos descritos neste artigo tivessem consciência objetiva daquilo que estavam fazendo, uma vez que as suas posições de criadores e inventores de um conceito geopolítico poético novo, a poesia brasileira, não era comparável com o que ocorria na Europa, seu principal ponto de cotejo. Eles, em outras palavras, estavam Tateando no escuro, em busca de algo que conseguiram enxergar apenas de relance. Quase duzentos anos depois, esses encadeamentos podem ser organizados e pensados – porém, ao passo em que ocorriam, a sua imagem era turva.

Recuperá-los, de toda maneira, é uma tarefa que cremos ser essencial na panorâmica de renovação da história da poesia brasileira. Como demonstramos neste artigo, a década de 1820 é um período intrincado, ao contrário do que costumava ser julgado pela historiografia que nos precede, exigindo, portanto, uma releitura que busque seus processos profundos e, até agora, desconhecidos. Outras visões, menos apegadas ao passado, podem revelar ainda mais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os arquivos, as ideias assentes e o elogio da desconfiança. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 114-130, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rblc/a/cyWYBKrBJYpcTnbWs5rTTSy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2026.

Á FUTURA prosperidade do Brasil. **Jornal Scientifico, Economico, e Litterario, ou Collecção de Varias Peças, Memorias, Relaçoens, Viagens, Poesias, e Anecdotas, Mixto de Instrucção, e de Recreio, Accommodado a Todo o Genero de Leitores**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49, maio 1826.

ANEDOCTAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 35, p. 140, 14 fev. 1827.

APPENDIX. Litteratura. **O Moderador, Novo Correio do Brasil, Jornal Político, Commercial e Litterario**, n. 2, p. 1-3, 10 abr. 1830.

ARAÚJO, Ana Cristina. Representação e direitos civis no triênio liberal português. Ideias e linguagens políticas. In: PEREIRA, Miriam Halpern et al. (Orgs.). **A Revolução de 1820. Leituras e impactos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 81-96, 2022.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. **Revista de História**, São Paulo, n. 159, p. 107-134, 2º sem. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19090/21153>. Acesso em 7 ago. 2024.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 20, p. 49-68, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11437/6550>. Acesso em 5 ago. 2024.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, maio-ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/TnKjD4T5jDFMdfY3MfMSK4n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 ago. 2024.

ASSUNÇÃO, Beatriz Alvarez de; ITALIANO, Isabel Cristina. Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 71, p. 232-251, dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/152750/149260>. Acesso em 30 jul. 2024.

AUGER, Louis-Simon. **Discours sur le romantisme prononcé dans la séance annuelle des quatre académies du 24 avril 1824, par M. Auger, de l'Académie française**. Paris: Impr. de Firmin Didot, 1824.

BARBOSA, Januário da Cunha. Ao publico. In: **Parnazo brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas**. v. 1. Caderno 1º. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1829.

BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. In: **Parnazo brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas**. v. 1. Caderno 2º. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830a.

BARBOSA, Januário da Cunha. Os nossos leitores. In: **Parnazo brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas**. v. 1. Caderno 3º. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, p. 49, 1830b.

BELLAS artes. Pintura. **O Espelho Diamantino, Periodico de Politica, Litteratura, Bellas Artes, Theatro, e Modas. Dedicado as Senhoras Brasileiras**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 101-103, 7 dez. 1827.

BOSQUEJO da historia da poesia e lingua portugueza. In: **Parnaso lusitano ou poesias selectas dos auctores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas**. Precidedido de uma historia abreviada da lingua e poesia portugueza. t. 1. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, pp. xliii-xlvi, 1826.

CASIVA, Fernando Matías. Poéticas de fundación en *La lira argentina*. **Revista Escuela de Historia**, Salta, ano 5, v. 1, n. 5, p. 323-337, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/638/63810514.pdf>. Acesso em 10 ago. 2024.

DISCURSO preliminar. **Jornal Scientifico, Economico, e Litterario, ou Collecção de Varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias, e Anecdotas, Mixto de Instrução, e de Recreio, Accommodado a Todo o Genero de Leitores**, Rio de Janeiro, n. 1, p. iii-x, maio 1826.

DURANTE. **O Espelho Diamantino, Periodico de Política, Litteratura, Bellas Artes, Theatro, e Modas. Dedicado as Senhoras Brasileiras**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 290-295, 28 abr. 1828.

FELDMAN, Ariel. Como pano de fundo ao Império: a trajetória do *Fundamento Histórico* de sua produção a sua publicação na imprensa joanina (1773-1819). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 101-123, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PDy5kktqwntNB9dfSq3XYqM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 jul. 2024.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836). **Revista Tempo**, Niterói, v. 20, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/YhT4GdY63ZyZHR4rfrsSzsD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 12 ago. 2024.

FREIRE, Francisco José. **Arte poética, ou regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juizo critico**. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1748.

GRANATO, Cássia Cunha. *História da poesia e eloquência portuguesa* de Friedrich Bouterwek: um estudo do método e de suas apropriações no século XIX. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

HANSEN, João Adolfo. Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII E XVIII. In: HANSEN, João, Adolfo. **Agudezas seiscentistas e outros ensaios**. São Paulo: Edusp, p. 39-55, 2019.

HUM ASSIGNANTE. Correspondencia. **O Spectador Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 150, p. 3-4, 15 jul. 1825.

INSULTO litterario. **A Aurora Fluminense. Jornal Politico e Litterario**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 28, 11 jan. 1828.

INTRODUÇÃO às Cartas Chilenas, ou Epistola a Critilo. **Jornal Scientifico, Economico, e Litterario, ou Collecção de Varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias, e Anecdotas, Mixto de Instrução, e de Recreio, Accommodado a Todo o Genero de Leitores**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 233-240, jul. 1826.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 17-52, 2005.

JORNAL de Annuncios, Rio de Janeiro, n. 2, s.p., 12 maio 1821.

LACHAT, Marcelo; CHAUVIN, Jean Pierre. Sobre as letras na Terra do Brasil: conceitos e tempos. In: LACHAT, Marcelo; CHAUVIN, Jean Pierre (Orgs.). **As letras na Terra do Brasil. Séculos XVI a XVIII. Uma introdução**. Cotia: Ateliê Editorial, p. 11-46, 2022.

LITTERATURA. **O Espelho Diamantino, Periodico de Politica, Litteratura, Bellas Artes, Theatro, e Modas.** Dedicado as Senhoras Brasileiras, Rio de Janeiro, n. 4, p. 62-65, 1 nov. 1827.

LOPES, Hélio. **A divisão das águas:** contribuição aos estudos das revistas românticas *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e *Guanabara* (1849-1856). São Paulo: Conselho de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MADAME DE STAËL. **Da Alemanha.** Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Editora Unesp, 2016 [1810].

MAGALHÃES, Gonçalves de. **Olgiato, tragedia em cinco atos.** Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. Paula Brito, 1841.

MCDONALD, Peter. **Sound Intentions: The Workings of Rhyme in Nineteenth-Century Poetry.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Booksellers in Rio de Janeiro: The Book Trade and Circulation of Ideas from 1808 to 1831. In: SILVA, Ana Cláudia Suriani; VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). **Books and Periodicals in Brazil 1768-1930: A Transatlantic Perspective.** Londres: Legenda; Modern Humanities Research Association; Maney Publishing, p. 35-51, 2014.

NOTANDO-SE. **Astréa,** Rio de Janeiro, n. 627, p. 2.936, 16 out. 1830.

OS DOUS AMADORES. **O Spectador Brasileiro,** Rio de Janeiro, n. 252, p. 3-4, 29 mar. 1826.

PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial 1720-1821.** Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 595-634, 2014.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, vol II.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 139-173, 2009.

RIBEIRO, F. Bernardino; ROCHA, J. J. da; QUEIROGA, A. A. de. Ensaio sobre a tragedia. 4º. Theatro Francez. **Revista da Sociedade Philomatica,** São Paulo, n. 5, p. 146, out. 1833.

RODRIGUES, Gomes Bruno. **Poesia e experiência** (Rio de Janeiro, 1822-1825). Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-11012024-162612/publico/Corrigida_BrunoGRodrigues.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

RODRIGUES, Gomes Bruno. Documentos, não documentos e temporalidade na história da poesia. **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 18, p. 1-14, 2025a. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2226>. Acesso em: 7 jul. 2026.

RODRIGUES, Gomes Bruno. Ordem e poder na poesia luso-americana em 1821. **Odisséia,** Natal, v. 10, n. 1, p. 86-103, jan.-jun. 2025b. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/odisseia/article/view/36180/20736>. Acesso em: 7 jul. 2026.

RODRIGUES, Gomes Bruno. O futuro impossível e o futuro morto de Américo Elysio e de Domingos Borges de Barros em Bordeaux e Paris, 1825. O Eixo e a Roda: **Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, 2025c. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/58209. Acesso em: 7. jul. 2026.

SEGATTO, José Antonio; LEONEL, Maria Célia. Formação da literatura e constituição do Estado nacional. **Itinerários**, Araraquara, n. 30, p. 11-30, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2993/2728>. Acesso em: 3 jun. 2026.

SESSÃO do dia 18 de junho de 1827. **Diario da Camara dos Deputados á Assembleia Geral Legislativa do Imperio do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 375-389, 1827.

SEU CONSTANTE LEITOR. Correspondencia. **Diario Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 53, p. 212, 7 mar. 1826.

SILVA, César Agenor Fernandes da. **Ciência, técnica e periodismo no Rio de Janeiro (1808-1852)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

SOUZA, Roberto Acízelo de. As histórias literárias portuguesas e a emancipação da literatura no Brasil. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 131-144, 2º sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13943/10955>. Acesso em 2 ago. 2024.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.) **Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2014.

SUITE de l'Épître à M. le comte de Villèle. **L'Écho de L'Amérique du Sud, Journal Politique, Commercial et Littéraire**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 3-4, 22 jul. 1827.

SUZUKI, Kazuhiko. **Les Classiques et les Romantiques**. Une histoire des querelles littéraires (1824-1834). Tese (Doutorado em Littérature Française) - Université Paris Nanterre, Paris, 2018.

TOPA, Francisco. O cônego Januário e a literatura brasileira: a proposta do *Parnazo*. **Signótica**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 185-195, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/44868/25070>. Acesso em 7 ago. 2024.

VARIÉTÉS. **L'Écho de L'Amérique du Sud, Journal Politique, Commercial et Littéraire**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 3-4, 16 jan. 1828.

VILLA RICA. **Jornal Scientifico, Economico, e Litterario, ou Collecção de Varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias, e Anecdotas, Mixto de Instrucção, e de Recreio, Accommodado a Todo o Genero de Leitores**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49-57, maio 1826.

ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 4, p. 18-51, out. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49591/53666>. Acesso em 4 ago. 2024.

Recebido em: 29/08/2024
Parecer dado em: 05/11/2024